

PROJETOS SOCIAIS EM DISCUSSÃO NA PSICOLOGIA DO ESPORTE

Fábio Silvestre da Silva
Instituto Sedes Sapientiae

Resumo

Este texto pretende analisar as possibilidades de atuação dos psicólogos do esporte desde a emergência do novo conceito de “Psicologia Social do Esporte”. Propõe uma discussão sobre as questões da responsabilidade social do profissional da Psicologia do Esporte e sugere novas possibilidades de atuação na perspectiva dos projetos sociais ligados com educação pelo esporte. Apresenta a crítica que incidia sobre o psicólogo a serviço das elites, em contraste com o psicólogo do esporte mais comunitário, atento às metodologias qualitativas. Se o primeiro estava convicto do objeto de sua disciplina, o segundo, sensível aos aspectos sociais, históricos, antropológicos e políticos do contexto. Dos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados nestas práticas voltadas apenas para o alto rendimento sugerir-se-á um retorno a questões psicológicas, enriquecidas com os referenciais das ciências sociais, numa tentativa de melhor precisar o “olhar” do psicólogo do esporte com atuação nos projetos sociais.

Palavras-Chave: Psicologia Social do Esporte, Projeto Social. Educação pelo Esporte, Comunidade.

Abstract

This text intends to analyse the possibilities of sport psychologist's performance since the emerging of the new concept of “Social Psychology of Sport”. It proposes a discussion about the questions of social responsibility of the Sport Psychology professional and suggests new possibilities of action in perspective of social projects connected with education through sport. It presents the criticism that has fallen upon the psychologist on service to the elites, in contrast with the sport psychologist more social, attentive to qualitative methodologies. If the first is convinced of the object of his discipline, the second, is sensible to social, historical, anthropological and political aspects of the context. Of the theoretical and methodological presupposings shown in this practices faced with the aloud income, it will appear a return to psychologist questions, enriched with references from social sciences, in an effort to better specify the view of the sport psychologist with performance in social projects.

Keywords: Social Psychology of Sport, Social Projects, Education through Sport, Community.

PROYECTOS SOCIALES SOBRE DISCUSION EN LA PSICOLOGIA DEL DEPORTE

Resumen

Este texto pretende analizar las posibilidades de actuación de los psicólogos del deporte desde la emergencia del nuevo concepto de “Psicología Social del deporte”. Propone una discusión sobre las cuestiones de la responsabilidad social del profesional de la Psicología del deporte y sugiere nuevas posibilidades de actuación en la perspectiva de los proyectos sociales ligados con educación por el deporte. Presenta la crítica que incidía sobre el psicólogo a servicio de las

elites, en contraste con el psicólogo del deporte más comunitario, atento a las metodologías cualitativas. Si el primero estaba convencido del objetivo de su disciplina, el segundo, sensible a los aspectos sociales, históricos, antropológicos y políticos del contexto. De las suposiciones teóricas y metodológicas presentadas en estas prácticas orientadas apenas para el alto rendimiento, se sugirió un retorno a cuestiones psicológicas, enriquecidas con las referencias de las ciencias sociales, en un intento de necesitar de la “visión” del psicólogo del deporte con actuación en los proyectos sociales.

Palabras-Clave: Psicología Social del deporte, Proyecto Social, Educación por el deporte, Comunidad.

Introdução

No Brasil a história da Psicologia do Esporte é muito recente. Segundo Rubio (1999) o primeiro livro dessa área foi publicado em 1962 por Athayde R. Silva e Emílio Mira. Depois desse livro e da atuação de João Carvalhaes, considerado o primeiro psicólogo a atuar num clube de futebol, muitas outras práticas ligadas ao meio esportivo explodiram. Todas essas práticas sempre tiveram associadas ao alto rendimento tanto na produção acadêmica como nas práticas interventivas. Dessa forma, foram criadas algumas possibilidades de compreender esse fenômeno que se tornou o esporte, muitas vezes ligadas a análise de comportamento centrada no indivíduo, nas equipes e outras relações que envolvem o esporte.

A situação do esporte no Brasil reproduz a situação do país como um todo, marcado por injustiças, desigualdades e baixo investimento na garantia desse que também é considerado pela Constituição Federal (Brasil, 1988) como um direito fundamental. Como todo fenômeno o esporte foi introduzido como prática educacional alternativa nos projetos sociais em meados dos anos 90, especialmente pelo Instituto Ayrton Senna. Esse programa procurou construir não só as referências práticas - que já estavam presentes em muitas iniciativas comunitárias - mas conseguiram também construir referências teórico-metodológicas facilitadas pelas parcerias com universidades em todo o país.

Há anos existem atuações e estudos sobre a situação dos projetos sociais¹ que se utilizam do esporte como principal ferramenta no processo de educação para a cidadania na perspectiva de planos de uma nova sociedade. Pensar em projeto social dissociado da conjuntura e das questões políticas é uma postura muito inocente. As questões políticas não serão entendidas aqui como política partidária e nem será um jogo de interesses ou palavras, mas juntar essa discussão com o fenômeno do esporte não será tarefa fácil, como não tem sido há muito tempo.

Sabe-se que o esporte foi transformado em um dos maiores fenômenos sociais do século XX e tem recebido um tratamento neoliberal globalizado de mercantilização. Começou a trazer em si o paradoxo fundamental da sociedade moderna, marcada pela extrema concentração de renda, ao lado do péssimo índice de desenvolvimento humano, o que produz e reproduz, de forma selvagem e impune, profundas desigualdades sociais.

¹ A referência utilizada são os projetos sociais que utilizam o esporte como ferramenta como exemplos que o autor conhece bem: Projeto Esporte Talento, parceria do Instituto Ayrton Senna e a USP; Projeto Futebol Libertário, parceria do CEDECA Interlagos e Fundação Abrinq; Fundação Cafu; Associação Esporte Solidário; Finasa Esportes; Gol de Letra, Segundo Tempo Programa do Governo Federal.

Para acompanhar esse fenômeno e entender as possibilidades de atuação, a parte social da Psicologia do Esporte procurou fazer uma leitura crítica com a perspectiva de responder as inquietações de investimento no esporte para crianças e adolescentes e superar a visão simplista deste como via de ascensão social e formação de futuros atletas. Nesta perspectiva, as práticas sociais, principalmente do chamado terceiro setor, vêm buscando cada vez mais respostas e qualificação das ações. Por mais que seja o esporte um direito garantido pela Constituição Federal, seu acesso ainda é restrito, elitizado e pouco educativo para a formação da construção de indivíduos capazes de se relacionar de forma cidadã com o mundo que os cerca.

A Psicologia do Esporte com a visão social

Em 2001, a Comissão de Esporte do Conselho Regional de Psicologia (CRP) realizou um evento de uma semana para debater as diferentes possibilidades da prática da psicologia do esporte, promovendo uma forte diferenciação entre psicologia *no* e *do* esporte. Foi um marco fundamental para o uso desse conceito que tem ganhado força nos principais Congressos de Psicologia. Kátia Rúbio, coordenadora dessa comissão do CRP, procurou dar margem ao aprofundamento desses estudos de forma acadêmica e prática. Dessa forma, está credenciada como a primeira profissional em psicologia do esporte no Brasil a usar a expressão “Psicologia Social do Esporte”. Essa preocupação foi consolidada com a grade curricular do primeiro curso reconhecido pelo Ministério da Educação de Psicologia do Esporte no Instituto Sedes Sapientiae – que formou a primeira turma em 2002.

As necessidades da prática e do mercado profissional tem buscado de fato um profissional mais qualificado e mais especializado. Esse curso do Sedes Sapientiae tem a preocupação com a formação de um profissional mais versátil, completo, que tenha o olhar voltado para a realidade brasileira. Todos os alunos do curso de especialização passam, obrigatoriamente, por uma experiência de estágio nas diversas organizações que tem adotado prática social. Hoje um número grande de organizações não governamentais tem buscado o trabalho educacional tendo o esporte como ferramenta e eixo estruturador das ações educativas. Sendo assim, o mercado procura um número cada vez maior de profissionais sensíveis voltando seus olhares e práticas com o compromisso social.

No aprofundamento dos estudos a Psicologia do Esporte tem entendido cada vez mais que o esporte, contextualizado sócio-politicamente, e, a partir daí, pode ser um instrumento de interpretação da realidade, por meio da discussão e da reflexão crítica de sua prática concretizada na atuação direta das ações educativas e socializadora. Sendo assim, apresenta uma revolução da discussão de paradigma e das dívidas da psicologia com a sociedade.

O paradigma que está sendo sugerido nos últimos anos para a atuação dos profissionais da Psicologia do Esporte é que onde houver ser humano desenvolvendo-se no e pelo esporte sua presença será de fundamental importância. Torna-se necessário uma nova construção tendo como base a especificidade do público atendido e a metodologia utilizada: o esporte pode atuar como uma linguagem que visa: facilitar o processo educativo, a socialização do público alvo e ampliar as possibilidades de atuação profissional.

Algumas possibilidades de formação de profissionais vêm sendo discutidas pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP²). Para ela, existia

² Consulte o site www.abepsi.org.br

uma *relação íntima mantida por uma pequena quantidade de pessoas envolvidas na Psicologia com a elite brasileira e a credibilidade de que a Psicologia pudesse colaborar no projeto de modernização da sociedade brasileira*. É possível ver na história da psicologia que era prometido com sua tecnologia – os testes psicológicos – contribuir para a previsão e o controle dos comportamentos (Schltz,1995). Permitia colocar o homem certo no lugar certo; prometia facilitar a aprendizagem; adaptar as pessoas; facilitar a percepção de cada um sobre si mesmo. Sempre a serviço dessa elite.

Para Bock (2005)³ estavam colocadas *“condições para o surgimento e desenvolvimento da Psicologia; mas estavam também colocadas tarefas importantes. Era preciso construir a profissão que havia sido regulamentada; era preciso construir um projeto para esta profissão e uma corporação, identificada em torno do projeto para sustentar a profissão e seu lugar social”*. Esse lugar vem sendo historicamente construído, mas é evidente hoje que a abertura de novos cursos em todo país colocou na Universidade as camadas médias e possibilitou uma composição de categoria profissional para além dos filhos das elites. Essa situação tem grande força na necessidade de novas grades curriculares e proporcionou o caminho para a discussão do desenvolvimento de um projeto de compromisso social para a Psicologia e, por conseguinte, para a Psicologia do Esporte.

Desta forma essa Psicologia, que deu muitas vezes as costas para a realidade social, acreditando ser possível explicar o humano de uma maneira naturalista e individualizada, finalmente se voltou para a sociedade. O primeiro passo foi com o surgimento da Psicologia Comunitária (Arendt, 1997) e a inserção e desenvolvimento da prática dos psicólogos na saúde pública tem sido aspectos importantes do projeto de compromisso que vem surgindo.

O olhar do psicólogo, com essa nova possibilidade de atuação e novas discussões acadêmicas, está cada vez mais voltado para as políticas públicas, para um compromisso com a maioria da população e suas urgências, para a ética e seus desafios na sociedade moderna e para os Direitos Humanos. Este novo compromisso com a sociedade exige uma nova formação.

Muitos dos alunos que tem passado no curso de especialização mostram que a formação, tradicionalmente mantido pelas escolas não preparou para este novo projeto, para este lugar social. O esforço tem sido feito, mas não supre essa lacuna aberta, pois ainda não há no processo disciplinas que discutam e informem sobre as políticas públicas; direitos humanos; a realidade da desigualdade social entre outros assuntos. Dessa maneira a prática profissional surge como consequência carregada de uma perspectiva corretiva e terapêutica.

A ABEP, nas palavras de Bock⁴, acredita que é necessário *“rever nossos conhecimentos e práticas a partir de noções que entendam o homem como um ser constituído ao longo de sua própria vida, ao longo de sua ação sobre o mundo, na interação com os outros homens, inseridos em uma cultura que acumula e contém o desenvolvimento de gerações anteriores”*. Essa formação muito técnica e “pouco” ética, no sentido de que enfatiza o que fazer e não reflete sobre a adesão a projetos sociais, não estimula o debate sobre a realidade social e suas demandas.

³e⁴ Artigo de Ana Mercês Bahia Bock: Novo projeto para a profissão no Brasil: contribuições para a formação, publicado em 2005 no site da ABEP.

Demandas que podem ser supridas num processo de formação marcada pela ciência e pela pesquisa; numa concepção de profissão que não se limita ao saber aplicar bem conhecimentos prontos; que faz um exercício permanente de busca de explicações sobre a realidade. É com a crença na credibilidade de que um percurso na formação que carregue o aluno de um desejo por estudar psicologia para conhecer-se melhor ou para entender os mistérios do humano para um lugar de compromisso com a realidade brasileira que o presente ensaio procura sensibilizar os leitores. A Psicologia tem mostrado que é possível colocar-se a serviço da sociedade, logo pode ser uma meta a ser perseguida também pela Psicologia do Esporte na perspectiva da construção de um mundo melhor, de condições de vida digna, de respeito aos direitos humanos e da construção de políticas públicas que possam oferecer o esporte como ferramenta a quem dele necessitar.

Um panorama da responsabilidade da sociedade

A sociedade – entendida como todos - já produziu um discurso sobre projetos sociais mostrando o que é uma e outra coisa, mas a junção delas nem sempre é fácil. Vamos ver que essa sociedade é geradora de muitos discursos, sendo um deles responsabilidade social. Todos já sabem, mas neste caso não é exagero repetir: se um acumula muitas riquezas muitos ficarão sem nada. O Brasil, segundo os dados da pesquisa de Pochmann & Amorim (2003), é um dos países onde se registram as maiores taxas de desigualdade social. Como é um dos países, ao mesmo tempo, *subdesenvolvido* e *industrializado*, guarda como característica fundamental a convivência de um capitalismo moderno marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais. Muitas pessoas nesta sociedade estão abaixo da linha da pobreza; muitos são muito pobres e quase todos são pobres. As estatísticas da desigualdade são assustadoras: segundo o Atlas da Exclusão a renda dos 10% mais ricos corresponde a 45% do PIB nacional. A situação piora se incluir nesse cálculo dados sobre o patrimônio, quando o percentual chega a 75,4% da riqueza total brasileira na mão de 10% da população. O pior talvez seja imaginar o inverso: 24,6% da riqueza brasileira estão distribuídas entre 90% da população. O Brasil entre 80 e 90 registrou um aumento do número de ricos, mas registrou nesse período uma redução do crescimento do país. O pobre gasta 32,79% da sua renda com comida e o rico apenas 10,26%, o que mostra, que os pobres pagam mais tributo, proporcionalmente, do que os ricos que vivem com conforto. *Essa desigualdade e o pauperismo são resultantes necessários da busca da acumulação sem limites, contudo, são também campos de prática do Estado enquanto tutor do bem comum* (Sposati, 1989 p.27).

O Brasil é campeão, não só no futebol, como na má distribuição de renda. A situação torna-se mais grave com o contínuo desmonte das políticas públicas, com o Estado se isentando da responsabilidade e reduzindo os investimentos nas áreas sociais. Mesmo com tentativas heróicas constata-se toda uma história de deterioração da qualidade de vida da maioria do povo brasileiro. Essa situação não pode ser negada no esporte que, querendo ou não, está inserido no mesmo contexto sócio-político do país e algumas medidas para tentar minimizar essa situação pode receber uma atenção com a maior seriedade tanto pelo Estado, pelo setor privado, como pela sociedade de maneira geral.

As iniciativas sociais vêm crescendo a cada dia que passa. A concretização desse fato é o número absurdo de “ente” sociais que seguem setores para tratar

de formas diferentes as questões produzidas pela situação historicamente econômica. O mais grave é que sua execução só está possível atrelada a recursos financeiros de diversas fontes (público ou privado) e isso, paradoxalmente, criou outro setor na economia conhecido agora como o Terceiro Setor. Todos que podem e tem algum interesse estão disputando esse *nicho* de mercado e valendo-se dos prestígios publicitários. Isto é, o trabalho que deveria de alguma forma perseguir os indicadores para a redução das desigualdades sociais tem criado também uma disputa na mesma lógica de mercado. Uma trajetória que aumenta a desigualdade pela possibilidade de acúmulo de bens.

É evidente, todavia, que muitas iniciativas são valiosas. No entanto, quando se fala em projeto social pode ser dito muita coisa e nos últimos anos tem assumido por muito pouco, pensando no compromisso e na responsabilidade social. Projeto social pode ficar no âmbito das atividades individuais que relacionam alguém, de certa forma, com a comunidade a que pertence, assim como, pode ser executada por entidades filantrópicas ou não que tem outras responsabilidades previstas em lei. É preciso deixar claro que todos têm o seu projeto de sociedade.

O que percebe-se é que hoje se configura o trabalho social como forma institucionalizada de violência cotidiana – contra a criança, os velhos, as mulheres, os negros, os homossexuais, os desabrigados (dos grupos chamados excluídos). O quadro é de violência e miséria, porém na medida que a sociedade é contraditória, mesmo que as exacerbações das desigualdades gerem alternativas desagregadoras, infelicidade humana, perda da esperança, medo, massificação, enrijecimento dos valores, falta de reciprocidade, também geram formas de resistência cultural, de organizações populares, associações e sindicatos, pois há sempre movimentos contra-hegemônicos, que permitem que as singularidades e espaços de auto gestões coletivas se produzam, no trabalho cotidiano do instituinte que leva em consideração todo o tempo a lógica de inclusão e exclusão social.

Exclusão social: discussão do conceito

Para uma compreensão do conceito de exclusão social há que se fazer uma discussão meticulosa sobre a construção do termo e seu contexto histórico. O surgimento do dele é atribuído, segundo Oliveira (2002), a René Lenoir. Sua obra tem o mérito de suscitar o debate sobre a concepção de exclusão, não mais como um fenômeno de ordem individual, mas social, que emerge do próprio funcionamento das sociedades modernas. Para ele existem alguns determinantes, como, por exemplo, o rápido processo de urbanização desordenado, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços, como um processo que atinge cada vez mais todos as camadas sociais.

A exclusão social abarca muitas questões, sendo utilizada em diversas áreas do conhecimento para diferentes fenômenos e a não precisão do seu uso pode revelar a dificuldade de nomear e classificar algo tão complexo que é a injustiça e desigualdades sociais (Sawaia apud Berzin, 2003). Para Minayo (1994) a problemática em questão possui raízes sócio-históricas na formação social brasileira e é resultante de um processo de urbanização, marcado pela brutal concentração de renda, por extremas desigualdades sociais e por uma concepção de progresso centrada prioritariamente no desenvolvimento econômico fazendo dos direitos sociais uma variável dependente.

Segundo Manzini-Covre (2001) os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas, isto é, são todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano – alimentação, habitação, saúde, educação etc. Assim, exclusão e inclusão parecem uma falsa

polêmica e representam a aparência de uma realidade que, para ser explicada, exige a consideração das leis gerais que regem o modelo do capital, organiza a produção e reprodução dos bens, as contradições na organização do poder no Estado capitalista e, fundamentalmente, as expressões da luta de classes, ou seja, o enfrentamento entre interesses antagônicos e altamente conflitantes que também determinam a vida na sociedade.

Neste sentido, pertencer ou não, estar incluído ou não, estar excluído ou não, na escola, nas atividades culturais, sejam quais forem elas, em uma sociedade organizada em classes sociais requer saber a que classe social se refere. Refere-se aos detentores dos meios de produção ou aos que vendem sua força de trabalho para poderem sobreviver? Fala-se dos 20% da sociedade que detêm mais de 70% dos bens, ou dos demais 80% que detêm menos de 30% dos bens e dependem para sobreviver de um protagonismo do Estado na implementação de políticas públicas universalistas?

Exclusão e inclusão são, conforme demonstra Sawaia (1999), um par dialético cujo conteúdo só é revelado se a abordagem for feita em conjunto e não isoladamente por um dos pólos - incluir X excluir. Esta contradição não se resolve por um dos pólos, ou seja, não basta ter a intenção de incluir para se revolver esse problema. A solução da exclusão ou inclusão não se dá intrinsecamente por um destes pólos, mas sim, pela resolução da contradição fundamental: entre trabalho e capital. Uma forma clara do entendimento disto são as formas como essa manifestação acontece no mundo tanto no aspecto das relações sociais macro como no micro reproduzido nas diversas relações pessoais, *inclusive* no esporte.

No contexto do presente ensaio, coloca-se uma importante reflexão, pois de acordo com Taffarel (2003), no XXV Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física em Brasília, se for criado ilusões, falsidades, com as manobras de incluir através do manejo do processo de trabalho pedagógico, que é uma variável intra-escola cuja determinação está para além da escola, pode-se incluir alguém no sistema sem compreender que as mobilidades sociais são exceções criadas pelo próprio sistema para manter sua hegemonia. Sendo realista, não existe possibilidade de inclusão, em um sistema cuja base fundamental é a exploração e a destruição⁵. Portanto, há que se perguntar pela crise estrutural cada vez mais profunda do sistema do capital global. Há que se reconhecer onde se acumula força para transformar a sociedade. O acesso de todos os seres humanos aos bens culturais que garantem uma vida digna é uma possibilidade histórica e de direito. Para tanto, faz-se necessário pensar em ações objetivas sintonizadas com os movimentos sociais na busca dos direitos, em uma ação responsável e voluntariamente assumida por todos e cada vez mais pela Psicologia do Esporte no Brasil.

Um processo de enfrentamento é desejado e já há muito estudado. As inovações, fora do contexto do acúmulo para resistir, ocupar, produzir, preservar e transformar podem ficar em situação vulnerável e serem bloqueadas e diluídas, cooptadas e amoldadas. Preventivamente, visando melhorias, os movimentos sociais, autônomos, independentes de governos e governantes, têm buscado se manter fortalecidos nos movimentos que não baixam suas bandeiras, não abrem mão de suas reivindicações e de seus instrumentos de luta históricos. Sabemos

⁵ Os indicadores do índice de desenvolvimento humano (IDH) revelam: “Os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres”. Fonte: www.ipea.gov.br

que o esporte reproduz todas as manifestações sociais que necessitam de cuidados especiais, como, por exemplo, atletas com problemas com álcool e drogas, dificuldades com aposentadoria, preconceito e discriminação, entre outros problemas graves. Assim sendo, a construção de alternativa para o trabalho pode apontar para a elaboração da teoria a partir da consideração da prática e sua descrição empírica, de um referencial que explique esta prática. Essa construção de alternativas políticas para os movimentos sociais na perspectiva da elaboração de políticas públicas que sirvam aos interesses da classe trabalhadora e das ciências relacionadas ao esporte sugere uma certa radicalidade da ação, com base na filosofia da práxis. Essa mudança de paradigma é o enfrentamento desejado para agir na linha da superação dos elementos que constitui a contradição de fundo que mantém a maioria excluída do acesso aos acúmulos das construções e descobertas da humanidade, entre os quais a Educação Física & Esporte. A questão de fundo não é a inclusão, mas sim, a resistência, a ocupação, a produção, a preservação a partir da determinação responsável e voluntária de produtores associados que têm como elemento regulador, nos planejamentos de baixo para cima do sistema de produção e troca, não as leis do mercado, mas fundamentalmente as necessidades vitais do SER HUMANO.

Os projetos envolvendo esporte tem apresentado um crescimento. Segundo Rubio (2000), o esporte hoje é considerado um dos maiores fenômenos sociais da modernidade. Reconhecido como uma forma elementar de socialização, até uma variedade profissional, o esporte compõe o imaginário social, sendo identificado por elementos, como força, superação de limites, vitória e supremacia quanto valores próprios, refletindo assim o modelo social vigente.

Neste imaginário social, aparecem muitos “mitos” como, por exemplo, “*todos podem vencer, basta que se esforcem*”. Notoriamente o sucesso não é fruto apenas individual. Um outro se refere as “*chances iguais para todos*”. O esporte, então surge como sendo a salvação para a pobreza e para marginalidade, além de se tornar um ótimo veículo de propaganda de projetos sociais que objetivam a inclusão social. No entanto, é clara a propaganda ideológica veiculada pela mídia, associando o esporte a habilidade, dinheiro, fama e poder. Faz-se necessário uma visão crítica para analisar e refletir sobre estas questões antes de iniciar um projeto social utilizando o esporte. Incentivar a prática esportiva dentro desta perspectiva ideológica, só poderá priorizar os mais hábeis e talentosos, incluindo uma minoria e excluindo a grande maioria.

O esporte, sem entrar no mérito das discussões acadêmicas, deve ser levado em conta como fenômeno da sociedade atual e ser analisado com profundidade para que verdadeiramente eduque e não prejudique a formação de crianças e adolescentes com a reprodução do modelo segregador vigente.

Parlebas (1980) afirma que “*o desporto não possui nenhuma virtude mágica. Ele não é em si nem socializante, nem anti-socializante.*(p.55). *Ele é aquilo que se fizer dele* “. Sem dúvida, o esporte pode ser um meio para educação para a vida contribuindo para o desenvolvimento integral e crítico da criança, porém deve ir além da formação atlética-técnico-tática e priorizar valores como a cooperação, a participação, a solidariedade e a criatividade das crianças e jovens que devem ser sujeitos desse processo e não meros indivíduos enquadrados e moldados para determinadas modalidades esportivas para que, no futuro, possam fazer essa transferência e generalização não mais para as quadras e campos, mas para a vida.

Partindo do pressuposto que na atuação com o esporte como meio de educação para crianças devem ser levados em conta conhecimentos sobre a iniciação esportiva (Betti, 1991; Korsakas, 2002; Kunz, 1994 e Paes, 2002). Essa não poderia significar uma especialização em qualquer modalidade esportiva, mas sim, utilizar os pré-desportivos para aprendizagem e desenvolvimento motor com táticas simples e regras básicas que caracterizem as modalidades, sem muita exigência técnica, física ou tática, mas procurando cooperar na formação integral da criança em seus aspectos: físico, intelectual e psicossocial (Rubio, Queiroz, Montoro, Marques, Kuroda, 1999).

Num projeto social cuja ação é com esporte e os públicos beneficiários de crianças e adolescentes, os objetivos primordiais são: a educação para formação integral, a educação para a cidadania e, conseqüentemente, a inclusão social. O esporte serve de aprendizado para a vida em sociedade, a participação como princípio básico, e o acesso à prática esportiva garantido como direito fundamental a todos, conforme consta no Estatuto da criança e do Adolescente⁶. Porém, o que se tem notado, em muitos projetos que envolvem esporte, é a especialização precoce preparando crianças e adolescentes para a competição e visando a criação de talentos, sem grandes preocupações com aspectos afetivo-cognitivos que serão despertados por esta prática.

Segundo Cagigal (1972), “o esporte será tanto mais educativo quanto mais conservar sua qualidade lúdica, sua espontaneidade seu poder de iniciativa” (p.42). Segundo Marques & Kuroda (2000) impregnar, ou não desvincular a prática esportiva do valor lúdico que o movimento tem para criança, pode ser o ponto de partida para a vivência prazerosa da criança com o esporte. Nesta perspectiva, além do esporte não ter apenas o caráter competitivo e especializado, temos a possibilidade de desenvolvê-lo como uma prática de cooperação e participação, permitindo, dessa maneira, o acesso a muitos poucos habilidosos o que poucos muito habilidosos tem tido condição de usufruir.

Sendo assim, o trabalho deste profissional independente do local onde o realize pois busca a reflexão, o desenvolvimento do psiquismo humano, a consciência, pauta-se no questionamento para auxiliar no desenvolvimento da identidade dos indivíduos, pensando no compromisso com as pessoas, com a cultura, com o momento sócio-histórico em que vivem, pois o esporte, nos últimos tempos, começou a ser pensado enquanto uma instituição social e se tornou um dos maiores fenômenos deste final do século passado.

Neste contexto pós-moderno de instituição, e em função do esporte às crianças e adolescentes, principalmente advindos das comunidades que concentram altas taxas de vulnerabilidade social, que se tem assistido, passam por um programa mais abrangente que reúne educação, saúde e bem-estar. Muito embora os critérios possam ser questionados, pois reproduz o sistema de méritos, a freqüência à escola, por exemplo, tem aparecido como fator determinante para a participação nos projetos. Os programas e projetos procuram desenvolver também trabalhos de orientação completa, que abrange noções de higiene, gravidez precoce, stress, prevenção anti-drogas e adolescência, além de procurar garantir uma convivência sadia em sociedade, salientando a importância dos trabalhos em grupos. Normalmente, esses projetos, podem ser questionados enquanto projeto social, mas as relações indiretas que estabelecem com a comunidade tornam esses programas de grande alcance e inserção social. Afinal, a valorização do ser humano em sua comunidade, por meio de uma participação ativa em atividades esportivas, nada mais é que a busca por esse aspecto socializante, pois os objetivos dos programas são proporcionar uma iniciação

esportiva de qualidade e ao mesmo tempo cuidar de pontos básicos. Os projetos sociais, nesta vertente esportiva, institucionalizado com metodologia definida, deveriam utilizar o potencial educativo do esporte para favorecer o desenvolvimento global de crianças e do adolescente, ampliando seus horizontes e perspectivas de vida ao invés de ser um mero reproduzidor do sistema que divide, classifica e vigia.

A título de conclusões

Os alunos têm procurado no curso de especialização mais informações sobre aquele esporte que está divulgado nas diversas mídias, ligadas ao alto rendimento, resultados e valores. Importa a eles as técnicas e as possibilidades de intervenção. Quando o assunto é sobre os projetos sociais percebe-se o pouco interesse nos futuros especialistas. Porém, eles passam por diversos estágios e acabam tendo como caminho obrigatório compreender o sentido da parte social da Psicologia do Esporte numa análise crítica sobre as dívidas históricas da psicologia com a sociedade.

O tema desigualdade, miséria e as principais dificuldades do país é, de fato, mais denso e menos prazeroso que falar de técnicas de intervenção com atletas e grupos, mas a intervenção com o saber de uma área de conhecimento está colocada num cenário sócio-econômico que atinge direta ou indiretamente todas as partes envolvidas.

Pensando em possibilidades de criar referências e não modelos prontos, percebe-se a necessidade de um maior investimento, pois o profissional da psicologia do esporte tem um leque de possibilidades de atuação e nota-se ainda algumas fragilidades de inserção desse nos projetos sociais ou em ações com um projeto de sociedade, uma vez que é notória que os profissionais estão elaborando estudos que visam a maior parte às fórmulas para melhorar o desempenho.

Questionamentos mais concretos podem facilitar alguns processos de reflexão sobre a própria atuação. Enquanto profissional o que tenho feito, de concreto, para construir formas de vida mais justas e solidárias? Como temos lutado contra o preconceito e a segregação social em nosso país? O que de fato estamos produzindo, no dia a dia, para promover a paz no mundo? Como o esporte pode ser ferramenta de transformação social? Como foi citado, sabemos que a maioria de nossa população é pobre e que muitos brasileiros vivem em situação de miséria. Como podemos contribuir para reverter esse quadro? Como esclarecer os empresários sobre o que os projetos sociais necessitam? Na busca de resultados (performance)? Nos trabalhos exclusivos com alto rendimento? Qual é o projeto político da Psicologia do Esporte para a nossa sociedade?

Nesse mundo em que as relações humanas são competitivas, características do capitalismo, o esporte também reproduz a lógica desse sistema. Por isso, o psicólogo do esporte, como cidadão, procura o resgate da dignidade humana, tem o compromisso ético-político de tentar transformar, de favorecer a reflexão, criar momentos em que se reflitam as ações, e buscar mais do que ninguém as potencialidades das comunidades onde se realizam os trabalhos e as potencialidades humanas encontradas nos contatos individuais e coletivos. A

⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente é uma Lei Federal - 8.069/1990 que dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes.

parte social da Psicologia do Esporte nasce com essa perspectiva e necessita cada vez mais ser reconhecida pelas instituições responsáveis pela promoção desses direitos.

Referências Bibliográficas

- Arendt, R. J. J. (1997) Psicologia comunitária: teoria e metodologia. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*. 10 (1).
- Berzin, J. (2003) *O teatro e o adolescente em conflito com a lei: análise do sentido de uma proposta sócio educativa*. Dissertação da Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Betti, M. (1991) *Educação física e sociedade*. São Paulo: Movimento.
- Bock, A. M. M. *Novo projeto para a profissão no Brasil: contribuições para a formação*. <http://www.abepsi.org.br>. Publicado em 2005.
- BRASIL. (2002) *Constituição Federal*. Brasília: Esplanada.
- BRASIL. (2002) *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente.
- Cagigal, J. M. (1972) *Deporte: pulso de nuestro tiempo*. Madrid: Editora Nacional.
- Korsakas, P. (2002) O esporte infantil: as possibilidades de uma prática educativa. In.: D. De Rose Jr. (org.) *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Kunz, E. (1994) *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Unijuí.
- Manzini-Covre, M. L. *O que é cidadania*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
- Marques, J. A.; Kuroda, S. J. (2000) Iniciação Esportiva: Um instrumento para a socialização e formação de crianças e jovens. In: K. Rubio (org.). *Psicologia do Esporte: Interfaces, Pesquisa e Intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Minayo, M. C. *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.
- Oliveira, C. S. (2000) *Percepção da Imagem Corporal de Adolescentes de dois níveis sócio econômicos. Uma Comparação a partir da Avaliação do Estado Nutricional*. Dissertação de Mestrado em Nutrição Humana. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto Josué de Castro.
- Oliveira, M.C.R. (2002) *O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei..* Dissertação de mestrado. Ciências Sociais, Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto.
- Paes, R. R. (2002) A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In.: D. De Rose Jr. (org.) *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Parlebas, P. (1980) Esporte e Jogos. *Revista da FIEP*.
- Pochmann, M; Amorim, R. (2003) *Atlas da exclusão social*. São Paulo: Cortez.
- Rubio, K. (1999) A Psicologia do Esporte: histórico e áreas de atuação e pesquisa. *Psicologia. Ciência e Profissão*, 19(3), 60-69.
- Rubio, K. (2000) O trajeto da Psicologia do Esporte e a formação de um campo profissional. In.: K. Rubio (org.) *Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- Rubio, K.; Queiroz, C.; Montoro, F. C.; Marques, J. A; Kuroda, S. J. (1999) Iniciação esportiva e especialização precoce: as instâncias psicossociais presentes na formação esportiva de crianças e jovens. *Revista Metropolitana das Ciências do Movimento Humano*. 4 (1).

- Sawaia, B. (1999) *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Schltz, D. (1995) *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix.
- Sposati, A.O. (1989) *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez.
- Taffarel, C. Z. (2003) Discutir cultura para mudar estrutura. Anais do XXIV Encontro Nacional Dos Estudantes De Educação Física. Curitiba, Paraná.

Sobre o autor

Psicólogo. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicologia do Esporte pelo Instituto Sedes Sapientiae. Sócio-Diretor do CEDECA Interlagos com experiências na promoção, controle social e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Professor e Supervisor de estágios pelo Sedes Sapientiae. Consultor dos Projetos Pólos da Paz e Espaço Criança Esperança no Instituto Sou da Paz. Colaborador no Projeto Esporte Talento, parceria do CEPEUSP e Instituto Ayrton Senna. Membro da Comissão da Criança e adolescente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. CRP 06/53133-7.

E-mail: psilvestre@uol.com.br .